

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO – O PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA.

Nilson Pereira dos Santos Júnior
Faculdade de Tecnologia de Guarulhos - São Paulo
junormasters63@hotmail.com

Resumo: Este artigo, relatando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento sob a orientação do Prof. Ms. Sergio Eugenio Menino, tem o duplo objetivo de analisar o conceito de desindustrialização à luz da teoria econômica e de avaliar se, de fato, o Brasil foi atingido pela "nova doença holandesa"¹. Uma análise teórico-conceitual sobre a desindustrialização e suas conseqüências à sociedade brasileira, contemplando no conjunto e nos detalhes as evidências empíricas de mudanças na estrutura e no padrão intra-industrial, principalmente em um momento em que o país passa por um crescimento econômico.

Palavras-chave: Desindustrialização; Doença Holandesa; Globalização; Crescimento econômico;

¹ A "doença holandesa" original está relacionada a um fenômeno real ocorrido na Holanda, nos anos 1970, quando a descoberta de grandes fontes de gás natural provocou uma forte realocação dos recursos na economia do país. No médio prazo, no entanto, o *boom* das vendas externas da *commodity* levou a uma enorme apreciação real do florim holandês e, por conseguinte, à depressão das exportações industriais do país.

Introdução

O suposto problema da desindustrialização recorrentemente se faz presente nos debates acadêmicos e políticos no Brasil, ainda que sob a roupagem de diferentes concepções. O desemprego é sempre uma questão delicada quando se fala de desindustrialização, pois tende-se a crer que é o preço que se paga por fazer parte de uma economia globalizada, pelo livre comércio e pelas importações chinesas.

Globalização e Desindustrialização

Um dos fenômenos mais importantes das sociedades contemporâneas é a globalização, um conceito recente, mas tão disseminado que está presente no nosso vocabulário cotidiano, ainda que nem sempre a sua definição seja clara.[1]

Na segunda metade dos anos 1990, argumentava-se que o processo de liberalização comercial teria provocado uma forte reprimarização da pauta de exportações brasileira. Recentemente, a eventual desindustrialização no País seria manifestada por uma nova forma de "doença holandesa" (*Dutch disease*). Para Palma [2], em vez de um processo desencadeado pela descoberta de recursos naturais (como no caso clássico que afetou a Holanda nos anos 1970) ou mesmo pelo desenvolvimento e *boom* exportador do setor de serviços, a nova "doença holandesa" que atingiu o Brasil e outros países da América Latina teria sido consequência da drástica mudança do velho regime de substituição de importações por outro que, a partir da década de 1990, combinou liberalização comercial e financeira com profundas mudanças institucionais.

Ao contrário do que pode inferir o senso comum, a desindustrialização não é algo essencialmente ruim, nem mesmo significa a destruição da atividade industrial desse país.

Em geral, desindustrialização tem que ver com a perda do poder da indústria de transformação para comandar o crescimento da economia, como nos afirmam Rowthorn e Ramaswany [3].

A queda da fatia da indústria no produto é tradicional nas economias ricas [4]. A partir de um certo estágio do desenvolvimento, a indústria vai mesmo cedendo participação ao setor de serviços. É diferente, porém, quando o recuo relativo da indústria manufatureira ocorre antes de a economia alcançar esse estágio. Nesse caso, seu menor dinamismo não é compensado pela expansão do setor de serviços, ainda influenciado por atividades de menor qualidade.

Isso define, como ocorre no Brasil, uma desindustrialização prematura. Note-se que nas economias em desenvolvimento mais dinâmicas (Índia, China e outras asiáticas), onde o PIB cresce rapidamente, o setor industrial tem

estado sempre à frente. Já no grupo de países em desenvolvimento de menor crescimento, que o Brasil integra, a indústria vai ficando para trás.

Não podemos, no entanto, incumbir à Globalização e o livre comércio o papel de únicos responsáveis pela desindustrialização prematura do Brasil. Em indústrias intensivas em capital, como a farmacêutica, a química, a aeronáutica, a siderurgia e a indústria de maquinários, o custo do capital tende a determinar a competitividade. Essas indústrias *não* concorrem com os produtos importados de países em desenvolvimento como a China, e seus maiores obstáculos são as regulamentações governamentais sobre as importações de bens de capital, bem como a carga tributária e encargos trabalhistas. Já nas indústrias intensivas em mão-de-obra, o custo total da mão-de-obra é decisivo, e aqui a concorrência chinesa é forte. Porém, novamente, o maior empecilho a estas indústrias está nos obstáculos criados pelo governo, como a carga tributária e os custos logísticos [5], estes últimos que encarecem em até 60% os produtos produzidos nacionalmente, devido ao grave quadro que se encontra o transporte nacional de modo geral.

Um outro estudo que aponta a *ocorrência inequívoca* de desindustrialização no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 é Bonelli [6]. Com base nas informações fornecidas pelas contas nacionais do Brasil, a participação da indústria no PIB a custo de fatores teria se reduzido de 42,3% em 1985 para apenas 31,4% em 1995, ou seja, uma queda de cerca de 11 p.p. com respeito ao PIB em apenas dez anos, ainda segundo Bonelli. Essa queda foi basicamente o resultado da redução da participação da indústria de transformação, cuja participação no PIB a custos de fatores se reduziu de 31,62% em 1985 para 20,60% em 1995.

A maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria. Além disso, boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro. Em suma, a indústria é vista como "especial", pois ela é a fonte de retornos crescentes de escala (indispensável para a sustentação do crescimento no longo-prazo), é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico (capital humano e aumento da renda percapta).

Por que a desindustrialização não interfere no crescimento econômico do país

Argumentou-se na seção anterior que a desindustrialização prematura do Brasil vem desencadeando cada vez mais. Vemos freqüentemente o Governo, a Mídia e a população em geral comemorar o crescimento do PIB brasileiro, principalmente num cenário econômico pós-crise mundial. Caso o PIB realmente mensurasse o total de riquezas produzidas no país, então qualquer aumento percentual deveria ser fortemente comemorado.

Mas o fato é que o PIB, ao menos da maneira como é calculado, não mensura o total de riquezas produzidas pelo país. Logo, quando se diz que o PIB aumentou 7,5% de um ano para o outro, não se pode dizer que a riqueza do país aumentou 7,5% nesse período.

O PIB **não** mensura um *aumento na produção* de bens e serviços, tampouco um aumento genuíno da riqueza, mas sim o *valor monetário* (ou seja, preços) de tais bens e serviços. Quanto mais se gasta em bens e serviços — isto é, quanto maior o volume de gastos —, maior será o PIB.

Isso significa que o PIB é uma equação que depende primordialmente da inflação monetária — isto é, do aumento da quantidade de dinheiro na economia. O valor do PIB aumenta de acordo com essa inflação. Se o Banco Central aumenta a quantidade de dinheiro na economia, isso elevará a quantidade de transações monetárias (volume de gastos) que ocorrem na economia. Mais ainda: aumentará os preços. Logo, o valor monetário dos bens e serviços será maior. Por conseguinte, o PIB também será maior.

É possível, portanto, que a economia brasileira cresça durante um certo período somente com o aumento do crédito e do montante financeiro em circulação, desde que os preços se mantenham razoavelmente sob controle (veja que a inflação está cada vez maior) e se tenha uma baixa nos desempregos e um aumento dos salários. Mas de forma temporária. É o que demonstram os dados abaixo oferecidos pelo IBGE:

No acumulado no ano de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, o PIB variou 7,5%, resultado do crescimento de 6,7% no valor adicionado e 12,5% nos impostos. Nessa comparação, a agropecuária (6,5%), a indústria (10,1%) e os serviços (5,4%) cresceram. Assim, segundo as informações das Contas Nacionais Trimestrais, em 2010, o PIB em valores correntes alcançou R\$ 3,675 trilhões. O PIB per capita ficou em R\$ 19.016, apresentando uma alta de 6,5%, em volume, em relação a 2009 (R\$ 16.634)[7].

Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 7,0% em 2010, sétimo ano consecutivo de aumento. A formação bruta de capital fixo cresceu 21,8%, maior taxa acumulada em quatro trimestres da série iniciada em 1996. Já a despesa do consumo da administração pública também aumentou 3,3%.

No âmbito do setor externo, as exportações tiveram crescimento de 11,5%, e as importações se expandiram 36,2%. Contribuiu para este quadro a valorização cambial ocorrida entre 2009 e 2010. A taxa de câmbio (medida pela média anual das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 2,00 para 1,76.

Para explicar toda essa amplitude numérica, podemos ainda citar o aumento de 19,1% do volume de crédito em apenas 14 meses. O que irá acontecer quando o crédito diminuir? Com o corte de gastos do Governo (que já se iniciou) o crédito irá diminuir e a economia entrará num ciclo de baixa demanda e corte de mão-de-obra – principalmente nos setores mais inflados pela liberação do crédito, como o da construção civil.

Conclusão

O Brasil vem sofrendo grandes modificações na sua estrutura econômica desde antes da abertura comercial na década de 90: o baixo investimento no setor industrial, a competitividade global e a política nacional que cultiva grandes impostos e um câmbio altamente valorizado, culminam para um processo de desindustrialização prematura que deixa o país refém de um futuro pessimista, onde haverá cada vez menos espaço para o aumento do padrão de vida e para a indústria nacional. Como foi colocado, o crescimento econômico momentâneo não é suficiente para um desenvolvimento a longo prazo, o que nos faz crer que o Brasil ainda terá os grandes problemas atuais: pobreza, desemprego, dívidas, obsolescência tecnológica, juros altos, impostos sufocantes.

Referências Bibliográficas

- [1]: AMIN, S. **Os Desafios da Mundialização**. Lisboa: Dinossauro, 2000.
- [2]: Palma, G. (2005). “Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa”. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, São Paulo, Agosto.
- [3]: Rowthorn, R; Ramaswany, R (1999). “Growth, Trade and Deindustrialization”. IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1.
- [4] CLARK, Colin. *The conditions of economic progress*. London: Macmillan, 1957.
- [5]: Pesquisa da FGV 2010 sobre custos logísticos <http://www.setcesp.org.br/noticiacompleta.asp?codnoti=15952> acessado em 14/09/2011.
- [6] BONELLI, R. " Industrialização e desenvolvimento. Notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil" . Texto preparado para o seminário *Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*, organizado pelo IEDI e FIESP, 2005.
- [7] Contas Nacionais Trimestrais-Indicadores de Volume http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830&id_pagina=1 acessado em 14/09/2011